



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Bruna Sahione Toledo Cavalheiro

**FREANDO A EVASÃO ESCOLAR:
O Problema No Brasil E O Papel Das Organizações
Internacionais.**

Trabalho de conclusão de curso

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Guilherme Sorgine

Rio de Janeiro

Julho de 2025

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do/a autor/a e do orientador.

Bruna Sahione Toledo Cavalheiro

Estudante do curso de Graduação em Relações Internacionais do IRI / PUC-Rio.

Ficha Catalográfica

Sahione Toledo Cavalheiro, Bruna.

Freando a evasão escolar: O problema no Brasil e o papel das Organizações Internacionais. / Bruna Sahione Toledo Cavalheiro; orientador: Guilherme Sorgine. – 2025.

46 f.; 30 cm

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Relações internacionais – Trabalhos de conclusão de curso. 2. Evasão escolar 3. Abandono 4. Educação. 5.

Cooperação. 6. Brasil. I. Sorgine, Guilherme. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Freando a evasão escolar: O problema no Brasil e o papel das Organizações Internacionais.

CDD: 327

Dedico esse trabalho à minha família e amigos.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, primeiramente, à minha família. À minha mãe, Patricia, por me apoiar incansavelmente e secar minhas lágrimas. Ao meu pai, Donato, pelo incentivo à leitura e por me ensinar o valor do trabalho duro. E aos dois pelos sacrifícios feitos durante a minha vida, para tornar a oportunidade de ir a universidade uma realidade. Ao meu irmão, Tiago, pela humildade e pelas risadas, por tornar todos os momentos mais leves e felizes, e por mostrar que dedicação é tão importante quanto inteligência - mesmo ele tendo os dois -. À minha irmã mais velha, Anna Clara, que é meu exemplo de persistência e meu maior orgulho.

Também queria agradecer à minha madrinha Cida, por me ensinar a amar viajar e ter curiosidade pelo mundo. À meu padrinho Beto por me ensinar a ser organizada e ter disciplina. E aos dois por terem me oferecido um lugar para morar e tornar a experiência universitária mais fácil e acessível.

Às minhas avós, Maria do Carmo e Maria Leocádia, por serem os exemplos de mulheres matriarcas que influenciam a pessoa que quero me tornar, e por terem criado as melhores pessoas, meus pais e tios. À minha tia Inês por me oferecer tantas oportunidades de aprendizagem e ser minha ouvinte, confidente e maior defensora.

Aos meus amigos de infância, Ana Clara, Rafael e Daniel, por serem meu farol nos momentos mais difíceis e pelas ligações aleatórias e momentos risonhos; e em especial a Milena, que também me ajudou a ler esse trabalho quando eu já não conseguia mais diferenciar palavras. Agradeço a minha parceira de faculdade (e da vida), Mariana, por ser a razão que eu fui à faculdade em alguns dias, e sempre ouvir, me socorrer, e se preocupar com a minha saúde mental. À minha amiga Ana Beatriz, por ser minha ouvinte, voz da razão e por ser minha pessoa. Às meninas, Maria Luiza e Lorena, por serem as melhores companhias nesse período de faculdade, pelos almoços nas Freiras e fofocas.

E por fim, mas não menos importante, ao meu orientador Professor Guilherme Sorgine, pela orientação neste último período e pela compreensão nos momentos

difíceis. E à Professora Andrea Ribeiro Hoffmann por me apresentar este tema e me introduzir ao projeto de pesquisa.

Resumo

Sahione Toledo Cavaleiro, Bruna; Sorgine, Guilherme (Orientador). **Freando a evasão escolar:** O problema no Brasil e o papel das Organizações Internacionais. Rio de Janeiro, 2025, 46 p. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este policy brief buscará apontar sugestões para o enfrentamento do desafio da evasão escolar no Brasil a partir da cooperação internacional, em particular com organizações internacionais como a UNESCO, UNICEF, CEPAL e IEAL. E portanto, demonstrar como as produções de normas, práticas e pesquisas dessas instituições podem ser benéficas no contexto nacional e aplicadas visando o combate à evasão escolar. À luz do exposto, este trabalho buscará: 1) compreender os problemas que levam o alunado a se retirar da educação básica; 2) analisar o papel das organizações internacionais na área da educação e a sua atuação dentro do contexto de evasão escolar e sua aplicação no Brasil; 3) recomendações de normas e práticas e colaborações sobre o tema.

Palavras-chave

Evasão escolar; abandono; educação; cooperação; Brasil; organizações internacionais.

Abstract

Sahione Toledo Cavaleiro, Bruna; Sorgine, Guilherme (Advisor). **Braking school dropout:** The problem in Brazil and the role of International Organizations. Rio de Janeiro, 2024. 46 p. Undergraduate Final Paper – International Relations Institute, Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

This policy brief aims to provide suggestions to dealing with school evasion in Brazil through international cooperation, specially with international organizations such as UNESCO, UNICEF, CEPAL and IEAL. And therefore, demonstrate how the production of norms, practices and research by these institutions can be beneficial applied to the battle against school evasion in the national context. In this manner, this study will be comprised: 1) understanding the problems that lead students to abandoning the basic education and the contribution of international organization in the education field; 2) the role of these organizations in the context of school evasion and its implementation in Brazil; 3) the recommendations of norms, practices and collaborations for the theme.

Keywords

school evasion; dropout; education; cooperation; Brazil; international organizations.

Sumário

Principais resultados	09
1. Introdução	10
1.1. O Problema da Evasão Escolar no Brasil	11
1.2. Organizações Internacionais na Área da Educação	14
2. Desenvolvimento	18
2.1. Exemplos Internacionais	18
2.2. Potencial de Atuação das Organizações Internacionais no Combate À Evasão Escolar	21
2.3. Cooperação com o Brasil	24
3. Políticas Efetivas e Implicações	28
4. Conclusão	34
5. Recomendações	35
6. Referências bibliográficas	39

Principais resultados

- Evasão escolar é um problema estrutural: A evasão escolar no Brasil é impulsionada por pobreza, desigualdades sociais, barreiras geográficas, infraestrutura precária e desvalorização da educação pública.
- Subfinanciamento da educação: O Brasil investe menos da metade da média da OCDE por aluno no Ensino Básico, o que compromete a qualidade do ensino e a permanência dos estudantes na escola.
- Existem certas limitações dentro do escopo de cooperação internacional: Embora indispensáveis, organizações como UNESCO e UNICEF enfrentam desafios ao aplicar soluções padronizadas que ignoram especificidades e contextos locais.
- Experiências da Índia, Bangladesh, Uruguai e Argentina mostram que soluções intersetoriais, tecnológicas e baseadas em dados são eficazes para combater a evasão escolar.
- Avanço do programa Pé-de-Meia: Iniciativa brasileira que oferece incentivos financeiros condicionados à permanência escolar tem potencial, mas precisa ser expandida e integrada a outras políticas educacionais. É melhor adaptada para considerar outros problemas não financeiros.
- Uso de tecnologias de monitoramento: Ferramentas como o Early Warning System (EWS) e o SITEAL permitem diagnóstico precoce e formulação de políticas baseadas em evidências. Sistemas de Alerta Precoce são uma ótima resposta para monitorar e entender como cada escola reage aos problemas da educação.
- Cooperação internacional como meio, não fim: O Brasil deve se posicionar como agente ativo, utilizando o apoio internacional para fortalecer soluções locais sustentáveis e autônomas.

1. Introdução

Este policy brief visa abordar a crise da manutenção do alunado no ambiente escolar brasileiro. Adota-se como premissa que as razões que levam os estudantes a deixar a escola e não completar o Ensino Básico não são completamente individuais, mas sim estruturais, o que permite seja feita comparação com situações vivenciadas em outros países, em especial aqueles da América do Sul. Como a região apresenta semelhanças geográficas e históricas, entende-se que seus problemas e, conseqüentemente, soluções possam apresentar similaridades.

A educação é um dos principais temas a ocupar os países e organizações internacionais na atualidade, sendo o Brasil um dos países que sofrem com dificuldades de universalizar a educação para seus habitantes. Apesar das tentativas de melhoria nas últimas décadas, o Brasil ainda possui apenas pouco mais da metade da população acima de vinte e cinco anos formada no Ensino Básico, bem abaixo das médias esperadas pelo Better Life Index da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)¹. Tal como outros desafios atuais, a educação é objeto de iniciativas de cooperação internacional, as quais, em grande medida, são promovidas por organizações do sistema das Nações Unidas, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). A Conferência de Jomtien, por exemplo, foi essencial para delimitar exatamente o que seria considerado a instrução elementar garantida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos². De acordo com a Declaração Mundial Educação para Todos (Conferência de Jomtien, 1990)³, o Ensino Básico é compreendido em dois estágios, primário e secundário, ou baixo secundário. No Brasil, estes dois estágios foram traduzidos em três etapas: os ensinos primário, fundamental e médio.

¹ ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICOS (OCDE). **OECD Better Life Index**. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/data/tools/oecd-better-life-index.html>.

² Artigo 1: Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. (AGNU, 1948).

³ A Conferência de Jomtien estabelece um plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem e a Declaração Mundial de Educação para Todos, em 1990.

No último Censo do IBGE (2023) foi constatado que somente 54,5% da população acima de vinte e cinco anos havia completado o ensino básico obrigatório - ou seja, as três etapas da educação. Por outro lado, cerca de 9 milhões de jovens de 14 a 29 anos já haviam abandonado o sistema de educação, em maioria aos dezesseis anos de idade (IBGE, 2023). Dentre os fatores que prejudicam a possibilidade de completude do ensino básico brasileiro, pode-se citar: a falta de investimento na educação pelo governo brasileiro; problemas sócio-econômicos e geográficos do alunado; e a falta de infraestrutura física e para o corpo docente necessária para o ensino. Estes fatores que contribuem para a evasão do alunado do sistema escolar serão explicados na próxima seção.

Este cenário não é somente uma realidade brasileira, uma vez que cerca de duzentos e cinquenta milhões de crianças no mundo todo encontram-se fora do ambiente escolar. Apesar dos esforços, o número global de crianças fora da escola vem aumentando, situação esta que, muitas vezes, resulta de crises e guerras (UNESCO, 2023). Dados da UNESCO apontam um crescimento de 75% (2015) para 77% (2022) dos jovens que completaram o “baixo secundário”, terminando então o ciclo do ensino básico (UNESCO, 2023). Tais dados demonstram como o progresso tem sido lento e ainda abaixo das expectativas da Agenda 2030⁴.

Uma vez que a realidade apontada constitui um desafio de escala global, a análise da experiência de outros países ao lidar com a questão da evasão escolar pode contribuir para a busca de soluções mais efetivas. Neste sentido, este policy brief buscará compreender como as organizações internacionais na área da educação podem ser úteis na difusão de normas e práticas na solução dos principais motivos que levam o aluno a evadir do contexto escolar brasileiro. Para isso, este policy foi dividido em 5 seções. Na primeira, onde esta introdução se encontra, com duas subseções onde será tratado o problema da evasão escolar (1.1) e subsequentemente o papel das organizações internacionais da área educacional (1.2). Na segunda seção, este papel será desenvolvido, mostrando o exemplo de alguns países (2.1) que podem ser importantes ao considerar contextos diversos, como o Brasil. Em seguida, este projeto se aprofundará sobre

⁴ A Agenda 2030 é composta por um plano de 17 objetivos, chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ambiciosos e interconectados que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo.

o potencial das organizações internacionais na questão do abandono escolar (2.2), e como essa cooperação internacional pode funcionar para o Brasil (2.3). Em sequência, na terceira seção, trata-se de políticas que podem ser eficientes no contexto nacional e suas implicações. E a quarta e quinta seções são a conclusão e recomendações desta aluna, respectivamente.

1.1. O Problema da Evasão Escolar no Brasil

Apesar do desafio da evasão escolar não ser somente nacional, existem diversas características particulares brasileiras que tornam o problema diferenciado. Dentre os fatores que prejudicam a possibilidade de completude do ensino básico brasileiro, pode-se citar: a falta de investimento na educação pelo governo brasileiro; problemas sócio-econômicos e geográficos do alunado; e a falta de infraestrutura física e a carência de corpo docente necessária para o ensino. Apesar de não serem as únicas adversidades enfrentadas, são suficientes para dificultar o acesso ao direito universal à educação. Cada um desses fatores é analisado a seguir.

Primeiramente, há uma escassez de recursos financeiros na área do ensino básico. A demanda é maior na atualização de tecnologias e inovações na área do aprendizado no século XXI, que não são compostas mais somente por compreender leituras, dados e fórmulas. O manuseio de programas de informática, por exemplo, é central para praticamente todos os campos profissionais atualmente. No entanto, o Brasil emprega três vezes menos capital por aluno no Ensino Básico que um país da OCDE, investindo US\$3.583, enquanto a média OCDE é cerca de US\$10.949. O Ensino Básico, que somente no âmbito público conta com um alunado de 45 milhões de pessoas (Censo Escolar de Educação Básica) está, portanto, defasado em termos de investimentos. Os gastos brasileiros voltados à Educação, em 2023, chegaram a 1,2% do PIB nacional - cerca de 130 bilhões de reais -, divididos entre o Ensino Básico e o Ensino Superior (BRASIL, Lei 14535/2023), enquanto países da OCDE investem aproximadamente entre 3% a 4% (OCDE, 2023). Embora os diversos modelos de ensino tenham sido aplicados na tentativa de incluir todo o corpo discente dentro da estrutura educacional brasileira, a mera existência dessas medidas não significam que as

dificuldades existentes para o acesso do Ensino Básico foram enfrentadas com sucesso.

Outra dificuldade para uma implementação efetiva é a adversidade geográfica de certas populações indígenas, quilombolas, ou simplesmente, isoladas que dificultam o acesso físico, e às vezes, cultural. Para muitos alunos, mas também educadores, a localização das instituições de ensino é uma dificuldade diária, sendo um obstáculo para os alunos chegarem e saírem e uma barreira para incentivar professores a trabalharem em tais locais. Em outros casos, acessar geograficamente pode não ser o problema, mas a realidade escolar é impedida ou atrapalhada por fronteiras socioeconômicas, que impossibilitam a permanência na escola. E por circunstância, talvez não haja a evasão escolar, mas o comprometimento no momento da aprendizagem. A dificuldade de aprendizagem não é um problema somente pessoal, Viana e Dos Santos (2021) argumentam que fatores psicológicos, socioculturais e econômicos podem cooperar no desenvolvimento de dificuldades, como por exemplo, desemprego dos pais, desestrutura familiar, falta de diálogo e de incentivo por parte dos pais e professores. Para os autores, “a família é o fator principal responsável pelo desenvolvimento da criança, pois é a partir do meio familiar que é desenvolvido o cognitivo da mesma e sua relação com o mundo, [...]” (VIANA, DOS SANTOS, 2021). Assim, muitas vezes, o jovem aluno ao ter que lidar com essa situação, acaba evadindo ou desenvolvendo uma dificuldade que o atrapalhe no âmbito escolar.

Outra dificuldade, é a falta de infraestrutura do Ensino Básico, tanto em relação ao número de unidades de ensino, o cuidado com as unidades e a quantidade de professores. Essa questão é decorrente, também, da falta de investimento na educação. Dessa forma, não somente o sistema de educação basilar nacional necessita novas unidades para suportar o número de alunos já inseridos no Ensino Básico, como acomodar aqueles que ainda não estão inseridos, e unidades essenciais em locais afastados de centro urbanos. As unidades já existentes necessitam de manutenção e reformas para receber novos equipamentos tecnológicos, discutidos acima. A ausência de educadores e funcionários também é uma dificuldade. Em diversas vezes, não há a falta de existência de professores em si, porém faltam os meios para sua inserção e

preservação dentro do ensino público, dado que muitos profissionais não veem incentivos suficientes para adentrar numa carreira educacional no sistema público, ou, então, acabam desistindo pela falta de reconhecimento ou de suporte emocional em um ambiente, frequentemente, carregado. E até mesmo, os profissionais que adentram o sistema de educação público se tornam rapidamente defasados, pela falta de atualização profissional em suas carreiras, muitas vezes ensinando material defasado.

Entre os principais determinantes identificados, ainda destaca-se a renda familiar. Famílias com baixos níveis de renda tendem a priorizar o trabalho infantil e/ou atividades domésticas em detrimento da educação formal. Esse cenário revela um dilema persistente entre sobrevivência econômica imediata e investimentos de longo prazo em capital humano.

Consequentemente, o fenômeno da evasão escolar têm resultados duradouros e estruturais não somente para os indivíduos, mas para a sociedade brasileira como um todo. Jovens que deixam a escola precocemente enfrentam maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, têm menor rendimento ao longo da vida e estão mais expostos à informalidade e à exclusão social. Indivíduos que não completam o ensino básico apresentam quase o dobro de chances de estarem fora do mercado de trabalho formal, em comparação com aqueles com escolaridade completa (OCDE, 2023). Além disso, existem resultados para a cidadania. Esses recém-adultos sem escolarização básica participam menos da vida política, acessam com maior dificuldade políticas públicas e enfrentam barreiras no exercício pleno de seus direitos. As desigualdades educacionais, nesse contexto, contribuem para a manutenção de ciclos de exclusão social e econômica, com efeitos intergeracionais.

A evasão escolar ainda representa um custo significativo para o Estado. É estimado que o abandono educacional compromete o desenvolvimento do capital humano e reduz a produtividade nacional. E ainda, do ponto de vista da proteção social, o abandono escolar pode ser relacionado a situações de risco e vulnerabilidade, como gravidez precoce, engajamento com redes de crime e uso de substâncias psicotrópicas. Em comunidades de baixa renda, a evasão escolar

muitas vezes se soma à ausência de políticas públicas integradas, tornando esses jovens ainda mais expostos a trajetórias de marginalização.

A execução das diretrizes, metas e estratégias do Ensino Básico brasileiro enfrenta diversos desafios, e estes não se limitam aos já conhecidos. O Plano Nacional de Educação representa uma proposta relevante para enfrentar esses obstáculos e promover a implementação do ensino básico no país. No entanto, fatores externos, como a pandemia da Covid-19 — embora não sejam os únicos — também dificultaram o cumprimento de várias metas estabelecidas. Dados do UNICEF (2021) apontam que 5,1 milhões de estudantes brasileiros não tiveram acesso às aulas durante a pandemia, o que representa um retrocesso de anos no combate à evasão.

Portanto, a evasão escolar não deve ser tratada apenas como um problema educacional, mas como uma questão de desenvolvimento nacional. Prevenir o abandono escolar é uma estratégia de impacto transversal: reduz desigualdades, amplia a produtividade econômica, fortalece a cidadania e alivia pressões sobre os sistemas de assistência social e segurança pública.

1.2. Organizações Internacionais na Área da Educação

Como dito anteriormente, organizações internacionais são essenciais no processo de difusão de normas, práticas e políticas públicas no contexto internacional. No âmbito educacional, destaca-se o UNICEF e a UNESCO. O UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) “trabalha pela garantia dos direitos de cada criança e adolescente, concentrando seus esforços naqueles mais vulneráveis, com foco especial nos que são vítimas de formas extremas de violência.” (UNICEF, 2024). Enquanto a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), “contribui para o fomento de paz e segurança ao promover cooperação internacional nas áreas de educação, ciência, cultura, comunicação e informação” (UNESCO, 2024).

O UNICEF e a UNESCO já atuam no Brasil e têm projetos ativos na área da educação nacional. Ao mesmo tempo, como instituições provenientes do

Sistema ONU, são algumas das principais implementadoras da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e a ODS 4, pela proteção da infância e da educação por essas organizações. A Agenda expõe em seu preâmbulo:

“Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. [...] Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas que estamos anunciando hoje demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal. [...] Eles buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. [...]” (ONU, 2015).

Um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, “ODS 4”(vide Quadro 01), o da Educação de Qualidade a Todos, que com os esforços da ONU e por meio da cooperação internacional, tem sido aplicado desde 2015. Contudo, os resultados têm sido subpar ao esperado. O trabalho do UNICEF e da UNESCO, então, seriam de implementar ideias, normas e práticas compatíveis com a Agenda 2030 para combater uma das maiores barreiras na concretização do Ensino Básico, a evasão escolar.

Quadro 1: Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 04:

ODS 4: Educação de Qualidade a Todos, “Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

Fonte: PNUD Brasil, 2025.

Contudo, organizações como a UNICEF e UNESCO são provindas do Norte Global e assim, nem sempre estão atentas às necessidades estruturais dos problemas de países do Sul Global, como o Brasil. Uma vez pensadas de forma a tutelar as instituições locais a resolver o foco do problema, mas não necessariamente, exterminar suas raízes. Organizações como a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe)⁵, apesar de ser parte do Sistema

⁵A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países

ONU, e ainda, voltada ao desenvolvimento econômico da América Latina e Caribe; é fundamental na compreensão que a educação e o desenvolvimento econômico são atributos paralelos e inerentes um ao outro.

A CEPAL tem como objetivo “promover o desenvolvimento econômico e social da América Latina e do Caribe, com foco em igualdade e justiça social”. E portanto, como uma instituição direcionada ao desenvolvimento latinoamericano e caribeno, a partir da cooperação e pensada regionalmente, a instituição compreende que a questão da educação deve ser tratada compreendendo as diferenças e os históricos dos países, não somente os dados apresentados hoje, como demonstrado em seus documentos de projetos:

“De esta manera, para potenciar el rol de la educación en el camino hacia un desarrollo social inclusivo, se requiere una inversión educativa sostenida en el tiempo que se enfoque, entre otros aspectos, en garantizar un mayor acceso educativo en aquellos grupos de la población que históricamente han enfrentado mayores desventajas, entre ellos, mujeres, estudiantes de territorios rurales, indígenas, afrodescendientes y personas con discapacidad (CEPAL, 2022).”

Os desafios latinoamericanos na área da Educação não são singulares e também não são idênticos em todo o território; porém se assemelham entre si em mais características, por conta da história que os países viveram, os contextos econômicos, diversidades geográficas e culturais. Facilitando, então, a compreensão e compartilhamento de políticas públicas da área da educação entre si.

Ainda, a Internacional da Educação para a América Latina (IEAL) atua como uma das principais vozes da cooperação educacional no Sul Global, reunindo sindicatos, educadores e pesquisadores comprometidos com a defesa da educação pública de qualidade. Criticando às agendas padronizadas do Norte Global, enfatizando a importância da soberania pedagógica e da valorização de saberes locais. No contexto latino-americano, a IEAL contribui para a construção de alternativas baseadas em justiça social, financiamento público estável e combate à privatização da educação, denunciando os impactos da lógica mercantil sobre o direito à educação, apontando que a precarização das condições de ensino e trabalho docente também alimenta a evasão escolar. A IEAL tem promovido

entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou com o objetivo de promover o desenvolvimento social. (CEPAL, 2025).

ainda a integração regional por meio de encontros técnicos, redes de mobilização e produção de diagnósticos sobre o estado das políticas educacionais na América Latina. Essa perspectiva regionalizada, baseada em contextos históricos semelhantes e desafios estruturais comuns, pode enriquecer a formulação de políticas nacionais, tornando-as mais ajustadas à realidade brasileira. Neste mesmo sentido, diversas outras organizações regionais têm potencial de ação no âmbito educacional da América Latina (vide Quadro 2 abaixo). Mas não necessariamente são interessantes para a análise mais aprofundada, como o exemplo do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e a OEI (Organização dos Estados Interamericanos).

Quadro 2: Organizações Regionais e Contribuições para a Educação na América Latina	
Organização Regional	Contribuições para a Educação na América Latina
OREALC/UNESCO (Escritório Regional da UNESCO para a América Latina e o Caribe)	Apoia a formulação de políticas públicas educacionais; elabora relatórios regionais como o RELME; promove cooperação técnica e capacitação de gestores.
UNICEF América Latina e Caribe	Desenvolve programas voltados à permanência escolar de crianças em situação de vulnerabilidade, como o “Cada Criança na Escola”; atua em emergências e contextos de exclusão.
IEAL (Internacional da Educação para a América Latina)	Atua na defesa do direito à educação pública de qualidade; fortalece o papel dos sindicatos e educadores como agentes políticos e difusores de boas práticas.
OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos)	Implementa projetos de mobilidade acadêmica, avaliação de políticas e fortalecimento institucional dos sistemas educacionais; promove intercâmbio técnico entre países ibero-americanos.
CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe)	Produz diagnósticos sobre desigualdades estruturais na educação; promove articulação entre políticas sociais e desenvolvimento econômico sustentável.
BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)	Financia políticas educacionais inovadoras e inclusivas; realiza estudos comparativos sobre qualidade educacional, equidade e resultados de aprendizagem.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em documentos institucionais das organizações mencionadas, 2025.

Apesar de seu potencial, a cooperação internacional na área da educação apresenta limitações que precisam ser reconhecidas e superadas. Muitas vezes, os programas propostos por organismos multilaterais são desenvolvidos a partir de uma lógica universalista, que desconsidera especificidades locais, culturais e históricas dos países do Sul Global. Isso pode levar à adoção de soluções padronizadas, com baixo grau de efetividade.

2. Desenvolvimento

Uma vez que o desafio da evasão escolar não é uma realidade particular brasileira, é interessante abordar como a análise de outros casos pode ser uma abordagem válida para o olhar diferenciado sobre o problema. Para isso, as organizações internacionais são essenciais, pois dentro do foro internacional, a troca de informações é facilitada e cria a possibilidade de comunicação, e portanto, a adoção de novas ideias e soluções para problemas similares. Assim, é importante entender quais são as pautas tratadas pelas principais organizações internacionais, principalmente, na área da educação, como o UNICEF e a UNESCO. Em particular, é preciso ver como essas organizações podem facilitar a troca de informação, difundindo normas e práticas que podem contribuir para a solução do problema da evasão escolar. A troca de informações entre países com semelhanças, dentro da América do Sul, por exemplo, pode ser importante para a busca de soluções mais efetivas e específicas para os problemas e causas da evasão escolar no Brasil.

2.1. Exemplos Internacionais

Além das Organizações Internacionais focadas no âmbito da educação, os próprios países por meio da transferência de normas e acordos bilaterais, são capazes de cooperar e fornecer informações e exemplos de práticas essenciais. E por meio das experiências de outros países, o Brasil consegue se inspirar e aprimorar as políticas públicas que buscam solucionar a evasão escolar de forma mais efetiva e eficaz, especialmente quando consideradas realidades de países com desafios estruturais semelhantes. Ao observar exemplos de países da América do Sul e do Sul da Ásia, é possível identificar práticas com alto potencial de adaptação ao contexto brasileiro, sobretudo no combate à evasão escolar entre populações vulnerabilizadas.

Por meio de estudos de determinantes de abandono escolar no Sul Asiático, em Bangladesh, Índia e Nepal, foram analisados os determinantes da alta matrícula e abandono escolar em nível equivalente ao Ensino Básico (Shibab, 2018). Assim, foi possível identificar fatores críticos que afetam o abandono, como idade de matrícula tardia, baixo nível de instrução dos pais, distância até a escola e incompatibilidade entre horários escolares e trabalho infantil ou tarefas domésticas. A pesquisa também identificou que o abandono se dá em padrões diferentes conforme o nível escolar, sugerindo a necessidade de intervenções específicas para etapas distintas. Com base nesses diagnósticos, diversos países da região passaram a implementar campanhas de matrícula em idade adequada, transporte escolar gratuito, sistemas comunitários de monitoramento de frequência e programas de alimentação escolar. A articulação entre educação e proteção social, com envolvimento direto de lideranças locais, mostrou-se especialmente eficaz para reduzir a evasão entre os grupos mais afetados, que no caso sul-asiático era composto por meninas, moradores da área rural e pessoas com condições socioeconômicas mais precárias. Tais medidas reforçam a importância de políticas públicas intersetoriais, adaptadas ao território e orientadas por dados.

Na Índia, ainda, o estudo de Sekher (2014), demonstra como a evasão escolar na Índia está altamente associada às condições familiares e de moradia. Crianças de pais analfabetos apresentam taxas de abandono até quatro vezes maiores do que aquelas cujos pais têm alguma escolaridade. Famílias com muitos filhos, renda instável ou histórico de desemprego tendem a priorizar o ingresso precoce das crianças no trabalho, mesmo que este seja informal, interrompendo

sua trajetória educacional básica. Esses dados reforçam que a exclusão escolar é atravessada por desigualdades históricas e estruturais, exigindo políticas específicas para populações vulnerabilizadas. Como resposta, políticas públicas têm promovido incentivos financeiros condicionados à frequência escolar, transporte seguro para meninas e construção de dormitórios para estudantes de áreas remotas. Esses elementos são integrados a campanhas nacionais de mobilização das famílias e envolvimento comunitário no processo educacional.

Quadro 02: Lições do Caso Indiano para a Redução da Evasão Escolar:

A experiência da Índia no combate à evasão escolar oferece lições relevantes para o Brasil, especialmente no uso de incentivos financeiros e bolsas condicionadas, que aumentaram a permanência de estudantes. O país também se destacou pelo uso de dados educacionais robustos, campanhas específicas voltadas a meninas e minorias, engajamento comunitário com apoio de ONGs e integração multissetorial envolvendo saúde, nutrição e proteção infantil. Esses elementos mostram que estratégias integradas, contextualizadas e guiadas por evidências podem gerar impactos significativos na redução da evasão.

Fonte: Sekher (2014).

Na América do Sul, países como o Uruguai e a Argentina também oferecem exemplos aplicáveis à realidade brasileira. O Uruguai implementou o Plano Ceibal, uma política pública de inclusão digital que garante conectividade gratuita e dispositivos tecnológicos para todos os alunos da rede pública. Durante a pandemia de COVID-19, essa infraestrutura permitiu a continuidade das atividades escolares com perdas de aprendizagem consideravelmente menores. O programa não se limita à distribuição de equipamentos, mas inclui também plataformas de ensino adaptativo, capacitação docente e suporte técnico às famílias.

Na Argentina, governos locais têm adotado sistemas de alerta precoce com base no cruzamento de dados educacionais, como frequência, desempenho

acadêmico e contexto familiar. Essa iniciativa⁶ seria um algoritmo implementado a partir de um sistema de inteligência artificial (IA), realizado pelo Laboratório de IA Aplicada da Universidade de Buenos Aires e financiado pela Tinker Foundation - uma fundação estadunidense -. O sistema identifica quatro variáveis de risco, [1] desempenho, [2] faltas, [3] nível educacional da família e [4] defasagem idade-série. E a partir das variáveis, monta um painel de alertas colorido para a escola. Quando um aluno é sinalizado, diretores e professores estabelecem ações concretas: adaptações curriculares, contato direto com famílias e atividades de apoio personalizado. Essa tecnologia de gestão é essencial para o monitoramento das razões que têm contribuído para abandonos, especialmente nas transições entre o ensino fundamental e o médio. Além disso, na Argentina pode-se inferir que a evasão escolar é resultado de uma realidade de dificuldade sócio-econômica em maioria. E portanto os desafios enfrentados em relação à evasão escolar são frequentemente abordados através de políticas públicas centradas na inclusão e na equidade educacional. O país tem implementado estratégias que visam mitigar as taxas de evasão, com ênfase na expansão do acesso à educação secundária e na melhoria da qualidade do ensino.

Essas experiências mostram que estratégias eficazes de combate à evasão escolar compartilham algumas características fundamentais: são baseadas em cada contexto, envolvem múltiplos setores do poder público, incluem o território no diagnóstico e priorizam ações preventivas. No caso brasileiro, adaptar essas práticas à realidade local pode significar avanços reais e sustentáveis na retenção de estudantes. Isso exige coordenação entre os entes da União, fortalecimento da cooperação internacional e escuta ativa de comunidades escolares, especialmente em regiões mais afetadas pela exclusão educacional.

2.2. Potencial de Atuação das Organizações Internacionais no Combate à Evasão Escolar

⁶“The algorithm requires the existence of a database that is at least two years old, which is the case in the western province of the country. The system provides schools with precise information on the situation of their pupils.” (PAEZ, UNESCO, 2023).

Assim como a CEPAL, o Escritório América Latina e Caribe da UNESCO compreende a necessidade da Cooperação Sul-Sul na produção de Políticas de Educação, principalmente no entendimento da necessidade de reimaginação do financiamento educacional:

“It is a model of cooperation in which the agenda must be driven by the countries of the South, and which is grounded on a solid partnership based on the principles of solidarity, respect, and mutual benefit. It is about promoting cooperation that fosters the exchange of practices and the support among developing countries, with the aim of increasing their participation in international politics and in the decision-making processes, while supporting their efforts to achieve sustainable development.” (UNESCO, 2024).

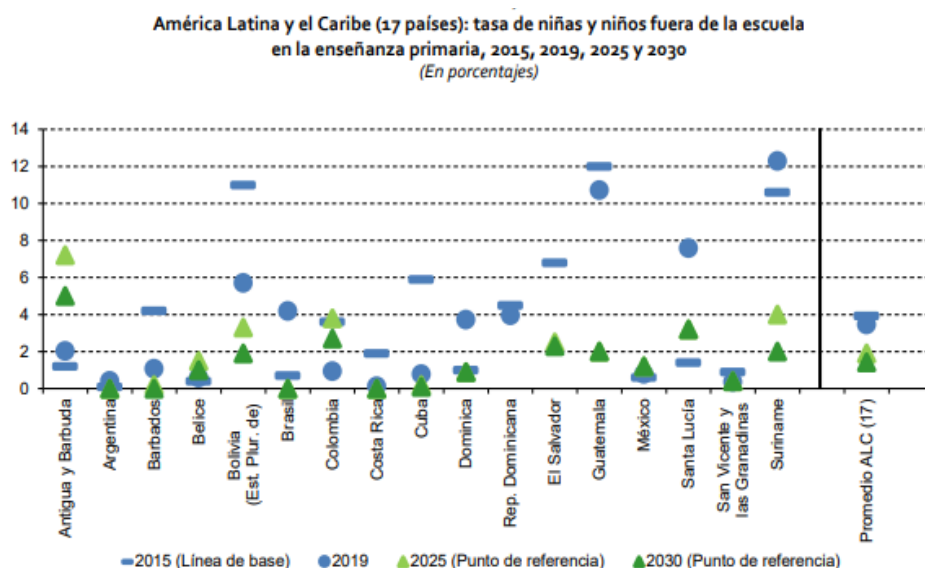
Em vez de uma simples transferência de soluções, a proposta baseia-se na criação conjunta de políticas, orientadas por princípios de solidariedade e benefícios mútuos. Segundo a organização, trata-se de fortalecer a capacidade dos países do Sul de participarem ativamente das decisões internacionais, além de apoiarem seus esforços de desenvolvimento sustentável. Esse modelo de atuação busca superar a lógica da difusão de normas e práticas do Norte Global para o Sul Global, e propõe um espaço de formulação compartilhada de políticas públicas, com ênfase no fortalecimento institucional e na soberania pedagógica dos países em desenvolvimento. Tal perspectiva é especialmente relevante no enfrentamento da evasão escolar, que é resultado de fatores estruturais interligados, como pobreza, desigualdade social e violência.

No entanto, embora haja grande potencial, é necessário reconhecer também as limitações da atuação internacional. Muitos programas multilaterais são desenhados a partir de uma lógica universalista, que desconsidera especificidades culturais, geográficas e históricas dos países do Sul Global. Como consequência, há riscos de implementação de projetos padronizados com baixa efetividade prática ou que geram resistências locais. Além disso, uma política regional, mesmo quando bem intencionada, pode ser instrumentalizada para reforçar relações assimétricas de poder e dependência entre os envolvidos.

Apesar de uma perspectiva válida e interessante, é aplicável somente em alguns contextos, como o de reimaginação de financiamento educacional. Todavia, quando se trata de políticas públicas extensivas e variáveis dependendo do contexto interno do país, o conceito de se criar uma política regional, não é

exatamente funcional. Como demonstrado no gráfico 01 abaixo - retirado do Projeto de Sustentabilidade Financeira para Reformas Educacionais -, cada um dos 17 países, passa por cenários diferentes e possui, portanto, projeções diferentes.

Gráfico 01: América Latina e Caribe (17 países): taxa de crianças fora da escola primária, 2015, 2019, 2025 e 2030.



Fonte: UNESCO-UIS, 2022

Por essa razão, a atuação das organizações internacionais deve ser pensada como complemento e não substituir estratégias nacionais. O protagonismo dos Estados e da sociedade civil local é indispensável para que as soluções construídas sejam adaptáveis à realidade do país. No caso do Brasil, é crucial garantir que a cooperação internacional seja canalizada por meio de instituições públicas robustas, que possam absorver os conhecimentos, os recursos e as práticas trazidas de fora, mas sem abrir mão de sua autonomia e dos contextos do país.

Contudo, é importante destacar o potencial específico do SITEAL (Sistema de Información de Tendencias Educativas en América Latina⁷), uma plataforma conjunta da UNESCO e da OEI, voltada ao monitoramento contínuo das políticas educacionais na região. O SITEAL se diferencia por fornecer

⁷ Nome em espanhol que pode ser traduzido para Sistema de Informação de Tendências Educacionais na América Latina.

análises integradas que articulam dados quantitativos e qualitativos sobre temas como equidade, financiamento, permanência escolar e condições de trabalho docente (SITEAL, 2025). Ao oferecer uma base comparativa, o sistema se torna uma ferramenta estratégica de avaliação e monitoramento para pesquisadores e formadores de políticas que atuam na construção de políticas públicas mais informadas e alinhadas às realidades regionais. No caso brasileiro, a incorporação sistemática das análises produzidas poderia aprimorar tanto o diagnóstico quanto o desenho de respostas à evasão escolar, especialmente no que se refere ao recorte territorial e interseccional das desigualdades educacionais.

Em síntese, o potencial de atuação das organizações internacionais no combate à evasão escolar no Brasil reside em quatro pilares fundamentais. O primeiro é o apoio técnico e financeiro a políticas públicas inclusivas e baseadas em evidências, que permitam o desenvolvimento de estratégias eficazes e adaptáveis voltadas à permanência escolar. O segundo pilar é a articulação normativa por meio de marcos globais, como o ODS 4, que oferece diretrizes para a construção de sistemas educacionais mais justos e equitativos. Em terceiro lugar, destaca-se o fortalecimento da Cooperação Regional e Sul-Sul, que valoriza o intercâmbio horizontal entre países com realidades similares, promovendo a produção de soluções contextualizadas e sensíveis às especificidades locais. Por fim, o quarto pilar está relacionado ao desenvolvimento de mecanismos contínuos de avaliação e monitoramento, fundamentais para medir a eficácia das políticas implementadas, corrigir rumos quando necessário e garantir maior transparência e accountability. Entretanto, a consolidação desses pilares requer o fortalecimento institucional e a construção de parcerias horizontais, que respeitem as particularidades nacionais.

2.3. Cooperação com o Brasil

A cooperação internacional no campo educacional já desempenha um papel relevante no Brasil, mas seu potencial ainda está longe de ser plenamente explorado. Diante da complexidade estrutural do problema da evasão escolar, a articulação com organizações internacionais pode oferecer apoio técnico, metodológico e financeiro na formulação e implementação de políticas públicas

mais eficazes e eficientes. Além disso, o Brasil pode se beneficiar significativamente do intercâmbio de experiências, do acesso a diagnósticos e metodologias já testadas em contextos semelhantes e da ampliação do diálogo regional com foco na permanência escolar.

Um exemplo relevante de política pública recente no Brasil é o Programa Pé-de-Meia (PiggyBank Initiative), criado em 2024 (BRASIL, Lei 14.818/2024), que visa reduzir a evasão escolar entre jovens do ensino médio público por meio da concessão de incentivos financeiros condicionados à frequência e à conclusão escolar. O programa funciona como uma poupança educacional: estudantes de baixa renda, inscritos no Cadastro Único, recebem depósitos mensais durante o ano letivo, valores ao final de cada ano concluído, além de um bônus ao final do ensino médio — desde que cumpram critérios de presença, matrícula e aprovação.

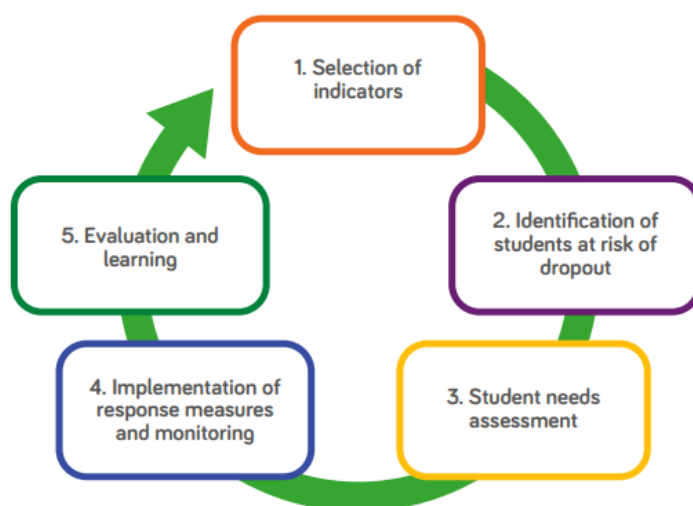
O Pé-de-Meia se insere na lógica de políticas de transferência condicionada de renda, utilizadas para estimular a permanência de crianças e adolescentes na escola. Similar à iniciativa indiana de oferecer bolsas mensais e transporte escolar seguro para meninas, visando combater a evasão relacionada a casamentos precoces e barreiras de acesso. Da mesma forma, no México, programas como o extinto Progres a/Oportunidades também combinaram apoio financeiro e exigência de frequência escolar, com impactos positivos na conclusão do ensino básico.

Embora o Pé-de-Meia represente um avanço importante na articulação entre assistência social e educação no Brasil, seu sucesso dependerá da capacidade do Estado de garantir monitoramento efetivo, transparência na gestão e articulação interregional. É neste ponto que a cooperação com organismos internacionais como a UNESCO, o UNICEF, a CEPAL e a IEAL pode oferecer contribuições fundamentais. A UNESCO, por exemplo, possui expertise em indicadores de avaliação de impacto e sistemas de monitoramento contínuo, enquanto a CEPAL pode apoiar a modelagem de financiamento progressivo para garantir a sustentabilidade da iniciativa.

Apesar da diversidade das situações locais, existem propostas que podem ter alcance em diversos países e um lugar na cooperação internacional. Um

exemplo para ser analisado é o Early Warning System (EWS), iniciativa do UNICEF, para monitoramento e percepção de casos que podem gerar a evasão escolar, podendo ser diagnosticado e evitado antes de acontecer. O EWS é “uma de muitas abordagens para evitar a evasão”, sendo uma ferramenta que identifica fatores de risco em alunos que podem se desviar do contexto escolar (UNICEF, 2017). O sistema funciona por cinco etapas (segue imagem): seleção dos indicadores de risco, identificação dos estudantes sob risco de evasão, avaliação dos estudantes, implementação de medidas de resposta e monitoramento, e avaliação e aprendizagem. Dessa forma, um programa de EWS conseguiria medir esforços contra a evasão escolar e instaurar diversas maneiras de combate específicas para a situação de cada escola/cidade/país.

Figura 1: As Cinco Etapas do Early Warning System (UNICEF):

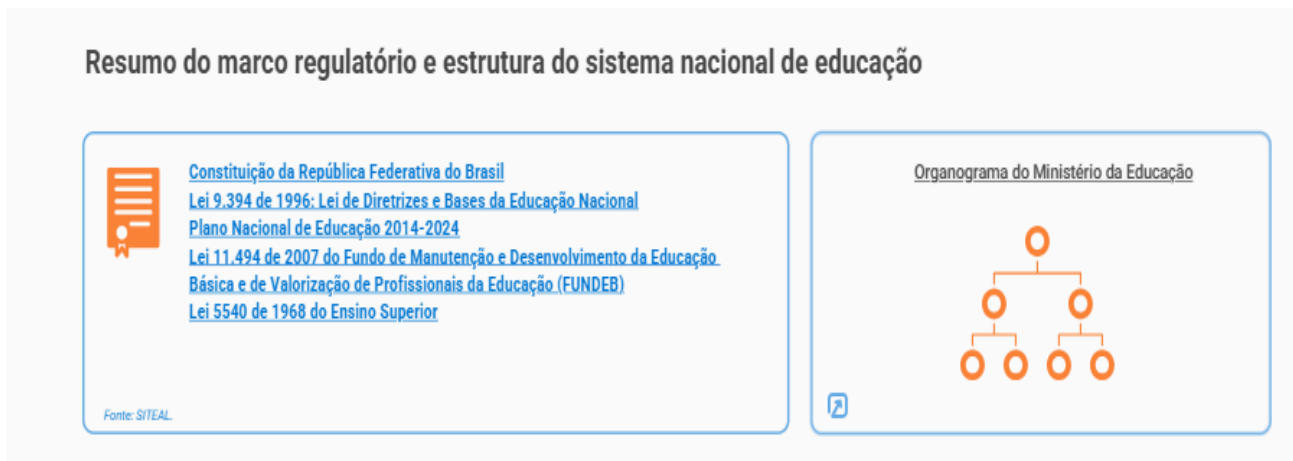


Fonte: UNICEF, 2017.

Além disso, organismos como o SITEAL que já oferecem dados e análises comparativas sobre programas semelhantes na América Latina, permitem identificar boas práticas, mapear riscos e adaptar a política brasileira com base em evidências regionais e o perfil educacional do país (vide figuras 2.1 e 2.2). Não sendo, então, necessário um extenso financiamento por parte da iniciativa brasileira. A partir de sua base de dados, seria possível acompanhar, por exemplo, quais grupos têm maior propensão ao abandono escolar e como direcionar recursos de forma mais estratégica. Incorporar o Sistema de Informação de

Tendências Educacionais na América Latina como instrumento auxiliar do MEC permitiria refinar continuamente o Pé-de-Meia, aumentando seu alcance e eficácia.

Figura 2.1: Perfil Educacional da SITEAL sobre o Brasil



Fonte: SITEAL, 2025.

Figura 2.2: Continuação do Perfil Educacional da SITEAL sobre o Brasil



Fonte: SITEAL, 2025.

Outro ator essencial nesse processo é a Internacional da Educação para a América Latina (IEAL), cuja atuação parte de uma crítica às agendas educacionais padronizadas e valoriza a construção de políticas públicas enraizadas nas realidades locais, que considerando o âmbito diverso do Brasil, é indispensável considerar. A cooperação com a IEAL pode ajudar a garantir que programas como

o Pé-de-Meia não se tornem apenas mecanismos de compensação financeira, mas parte de uma estratégia mais ampla de valorização da educação pública, com atenção à qualidade do ensino, à valorização docente e ao combate à precarização estrutural das escolas.

Por fim, é fundamental reconhecer que o Brasil não deve se limitar à posição de receptor de boas práticas internacionais, mas assumir, com mais firmeza, o papel de formador de normas educacionais na região latino-americana. O país pode liderar iniciativas regionais de combate à evasão escolar, promovendo fóruns técnicos, apoiando redes de boas práticas e compartilhando suas experiências com outras nações latino-americanas. Com sua escala continental, diversidade social e histórico de construção de políticas públicas complexas, o país possui condições e legitimidade para influenciar agendas regionais, especialmente no enfrentamento da evasão escolar. Nesse contexto, o Programa Pé-de-Meia representa uma oportunidade concreta para consolidar essa liderança normativa. Ao propor uma política nacional de poupança para estudantes de baixa renda, com foco na permanência escolar e na redução das desigualdades, o Brasil não apenas inova no campo das transferências condicionadas, como também oferece uma resposta contextualizada e replicável para outros países com desafios similares. Se for bem monitorado, aprimorado e internacionalmente divulgado, o Pé-de-Meia (“PiggyBank”) pode projetar o Brasil como referência no desenho de políticas educacionais socialmente sensíveis, promovendo uma cooperação horizontal mais equitativa e uma atuação mais ativa como difusor de soluções no Sul Global. Isso implicaria em valorizar o multilateralismo educativo, construir pontes entre políticas públicas e compromissos globais — como a Agenda 2030 — e reafirmar a educação como eixo estruturante do desenvolvimento sustentável.

3. Políticas Efetivas e Implicações:

A análise de políticas públicas efetivas no contexto brasileiro deve necessariamente considerar a complexidade e as múltiplas dimensões que moldam a realidade social do país. Fatores como pobreza, desigualdade socioeconômica,

racismo estrutural, legado histórico de exclusão, além de aspectos geográficos e culturais, influenciam diretamente na formulação, implementação e nos resultados dessas políticas. Contudo, essa realidade não impede que algumas políticas internacionais e perspectivas de outros países sejam analisadas e adaptadas para as necessidades nacionais. E também, não exclui o fato de que existem perspectivas básicas - não necessariamente, universais -, que políticas educacionais visando amenizar a evasão escolar devem considerar.

O relatório “Effective Interventions Aimed at Reaching Out-of-School Children: A Literature Review” (UNICEF, 2015), reúne e analisa evidências empíricas de programas e políticas que se mostraram eficazes no enfrentamento da evasão e exclusão escolar, com ênfase especial na região da Ásia do Sul. A partir de uma ampla revisão de literatura, o estudo identifica cinco principais categorias de intervenções que, se implementadas de forma coordenada e adaptadas ao contexto local, contribuem significativamente para ampliar o acesso à educação e facilitar a reintegração de crianças fora da escola.

A primeira intervenção destacada é a educação na primeira infância (Early Childhood Development - ECD). Estudos mostram que o acesso à ECD tem impacto direto na matrícula, frequência e desempenho escolar posterior das crianças. Investimentos nessa etapa são fundamentais para garantir que as crianças ingressem no ensino preparadas do ponto de vista cognitivo e socioemocional. Em seguida, o relatório destaca o papel da educação não formal (Non-Formal Education - NFE) como mecanismo de reintegração. Modelos flexíveis como centros comunitários e programas de educação acelerada teriam se mostrado eficazes em alcançar populações marginalizadas, especialmente em contextos de pobreza extrema, conflitos armados ou deslocamento forçado.

Outra categoria importante envolve incentivos econômicos, como programas de transferência de renda condicionada, como o Programa Pé-de-Meia. Esses mecanismos aliviam o custo de oportunidade que muitas famílias enfrentam ao enviar seus filhos à escola, especialmente quando se trata de meninas ou de crianças que trabalham para complementar a renda doméstica. Os efeitos dessas políticas são especialmente visíveis em países como Bangladesh, onde programas como o ROSC (Reaching Out-of-School Children) aumentaram

significativamente as taxas de matrícula (UNICEF, 2015). O estudo também evidencia a importância da descentralização da gestão educacional e do fortalecimento da participação das comunidades locais. Quando autoridades locais e atores comunitários são envolvidos nos processos decisórios e de implementação, há um aumento da accountability, do monitoramento e da eficácia das intervenções. Além disso, políticas que integram sistemas formais e não formais de ensino tendem a ampliar as rotas de acesso e retorno à escola para crianças em situação de vulnerabilidade. E finalmente, o relatório reforça a necessidade de sistemas robustos de informação educacional (EMIS – Education Management Information Systems) que incluam dados específicos sobre crianças fora da escola. A coleta e o uso estratégico desses dados são essenciais para mapear lacunas, identificar grupos excluídos e orientar políticas públicas com base em evidências. Nesse caso, o SITEAL é o sistema já existente, que pode ser adaptado para a utilização interna brasileira, uma vez que já combina os dados necessários em sua plataforma.

Outra análise importante seria uma abordagem mais interna escolar, o relatório “Beyond the Indicators: An Integrated School-Level Approach to Dropout Prevention” (Mac Iver e Mac Iver, 2009), propõe uma metodologia de prevenção à evasão escolar ancorada na atuação direta das escolas. Embora baseado na realidade norte-americana, o estudo oferece elementos conceituais e práticos que dialogam com os desafios enfrentados no Brasil, especialmente no que se refere à articulação entre diagnóstico precoce e ações educativas coordenadas. Ao defender que a simples identificação de indicadores de risco — como reprovação, faltas excessivas e baixo desempenho — é insuficiente para conter a evasão, os autores chamam atenção para a necessidade de ações intersetoriais e personalizadas no espaço escolar. Propõem, assim, uma abordagem integrada e centrada no ambiente educacional, que combina intervenções acadêmicas, socioemocionais e institucionais. Essa perspectiva guarda semelhanças com as diretrizes internacionais promovidas por organizações como a UNESCO e o UNICEF, que também reforçam a centralidade da escola como espaço de proteção social e o papel das comunidades escolares na construção de vínculos significativos. A proposta de Mac Iver e Mac Iver repete os eixos principais que já foram abordados anteriormente: (1) Sistemas de alerta precoce,

com base em dados escolares sistematizados para identificação de estudantes em risco; (2) Respostas rápidas e direcionadas, que envolvem tanto reforço pedagógico quanto acompanhamento psicossocial; (3) Melhoria do clima escolar, com o fortalecimento do vínculo afetivo e da confiança entre professores, estudantes e famílias; (4) Cultura colaborativa entre os profissionais da escola, reforçando a liderança escolar e a responsabilização coletiva.

A correspondência com as diretrizes internacionais é clara. A IEAL e a UNESCO, por exemplo, apontam que a evasão escolar está relacionada a múltiplas vulnerabilidades e defendem estratégias territoriais que envolvam a escola, mas também redes de apoio e políticas públicas. O enfoque em “sistemas de alerta” também está presente em experiências apoiadas pela UNICEF na América Latina. Contudo, ao transpor o modelo do relatório norte-americano para o contexto brasileiro, algumas limitações precisam ser consideradas. A proposta, ao focar majoritariamente na atuação da escola, tende a subestimar fatores estruturais como pobreza, desigualdade social, violência e ausência de políticas públicas efetivas de permanência escolar. No Brasil, onde parte significativa das escolas enfrenta desafios básicos de infraestrutura e carência de pessoal qualificado, a responsabilização exclusiva da escola pode ser contraproducente. Nesse sentido, o papel das organizações internacionais e da sociedade civil local na articulação de políticas públicas mais amplas é fundamental.

Já na tentativa de aplicar o EWS, por exemplo, uma vez o programa aprovado, ele deve ser reinterpretado para a realidade brasileira, isso significa escolher as cinco etapas e como devem ser aplicadas no cotidiano das dificuldades das escolas brasileiras. Vale comentar que, ao mesmo tempo, é importante observar que posto que a estrutura educacional ainda é sub-financiada, não seria justo nem eficaz criar mais funções para os educadores e pedagogos do ensino público. Contudo, não seria custoso criar indicadores simples que possam ser observados e anotados pelos professores do sistema educacional brasileiro, que não pesem nos seus encargos. Ou seja, na primeira etapa, se deve escolher indicadores que façam sentido para as adversidades do alunado. Das sugestões do UNICEF, a escola deve:

“Montar um grupo de funcionários da escola para estabelecer indicadores para o EWS; Identificar e priorizar os principais fatores de risco e de evasão, com base em evidências do contexto do alunado; Formular um indicador para cada previsor de evasão e identificar como os dados serão coletados; Considerar a alocação de pesos diferentes para diferentes indicadores para tornar o EWS sensível suficientemente aos riscos de evasão; Concordar sobre os limites nos quais os alunos serão identificados como 'em risco' ou 'em alto risco' de evasão.” (UNICEF, 2017).

Ainda, as escolas devem adicionar medidores de comportamento, status socioeconômico e alertas específicos em caso de falta de alojamento, doenças crônicas e outros. No caso brasileiro, como mencionado anteriormente, deve-se considerar também, problemas socioculturais, geográficos e infraestruturais. Estabelecidos os indicadores, a segunda etapa é composta em decidir como e por quem os dados serão coletados, como proteger a privacidade dessas crianças analisadas e identificar os alunos em risco de evasão escolar.

Depois que o aluno foi categorizado como risco ou alto risco de fuga escolar, ele deve passar por uma avaliação (terceira etapa), em que se descubra a natureza dos problemas que levam à evasão, entender a sua situação familiar e as dificuldades do estudante. Em seguida, na quarta etapa, a escola deve escolher um método de intervenção, o UNICEF categoriza em 3 seções de intervenção: comportamento, performance acadêmica e outros fatores de risco. E acompanhar o aluno para analisar se houve progresso no caso. E por último, avaliação e aprendizado do próprio programa, entender se os indicadores utilizados foram adequados, se existem formas de alterar o experimento de forma que ele seja mais eficiente e ajude mais pessoas. Obviamente, um programa como esse não consegue resolver os problemas estruturais que, em geral, criam as situações que consequentemente levam à evasão escolar. Contudo, é uma tentativa de identificar os casos mais urgentes e criar caminhos para evitar a evasão, e portanto, diminuir os produtos de uma realidade triste e recorrente. Trata-se de um plano micro, em um ambiente de problemas macro, mas que possui potencial de influência suficiente, sem ser esgotante de recursos, posto que arrecadar fundos para manutenção da infraestrutura educacional já é um dos problemas enfrentados dentro do Ensino Básico nacional.

Diante do persistente problema da evasão escolar no Brasil, estudos da UNICEF (2015), de Mac Iver (2009) e o EWS (2017) oferecem evidências valiosas sobre políticas públicas que podem ser adotadas ou revisadas para

enfrentar esse desafio. Uma das estratégias centrais envolve a adoção de intervenções intersetoriais com base territorial, em que educação, saúde, assistência social e proteção à infância atuem de forma integrada para identificar e responder precocemente aos fatores de risco. A proposta, defendida pela UNICEF, parte da premissa de que nenhuma criança está fora da escola por uma única razão, e que apenas políticas coordenadas, com presença local efetiva, são capazes de gerar impacto sustentável.

Além disso, uma das contribuições mais relevantes do trabalho de Mac Iver, assim como o EWS, está na reformulação da resposta interna das escolas. Em vez de focar apenas em metas numéricas ou avaliações padronizadas, os autores propõem que as escolas organizem times de apoio pedagógico, psicológico e familiar, com foco em estudantes com histórico de risco. Isso inclui tutoria individualizada, estratégias de recuperação contínua e reorganização do tempo escolar. A ideia é transformar a escola em um espaço de cuidado estruturado, com equipe técnica preparada para acolher e orientar, especialmente durante transições críticas, como a passagem entre o fundamental e o médio.

Talvez a alternativa mais relevante seria a expansão e o aperfeiçoamento de programas de transferência de renda condicionada à permanência escolar, como o Pé-de-Meia. Já implementado, o programa com seus repasses mensais a estudantes do ensino médio público. Embora represente um avanço importante ao reconhecer a dimensão econômica da evasão, o Pé-de-Meia possui limitações. Ao atuar apenas sobre o efeito do abandono – e não sobre suas causas – o programa pode perder efetividade caso não seja integrado a outras políticas de qualidade do ensino e da infraestrutura, valorização docente e apoio psicossocial. Além disso, sua limitação à etapa do ensino médio exclui estudantes em situação de risco nos anos do ensino fundamental, onde a trajetória de evasão tem início. Há também o risco de evasão silenciosa: estudantes permanecem matriculados, mas desengajados do processo de aprendizagem, o que compromete o verdadeiro sentido da política educacional básica.

Experiências internacionais reforçam a importância de respostas estruturadas. Exemplos como a Argentina, com o algoritmo que cruza informações sobre frequência, notas, contexto familiar e histórico escolar para

prever riscos de evasão, têm potencial de adaptação ao contexto brasileiro, sobretudo se integradas a equipes escolares preparadas para dar suporte humanizado, e não apenas punitivo. Quando combinadas a ações comunitárias, reforço pedagógico e incentivos econômicos, tais ferramentas ampliam a capacidade das escolas de agir de forma preventiva. Em conjunto, essas estratégias demonstram que não há solução única para o problema da evasão escolar. Políticas eficazes são aquelas que combinam incentivos financeiros com apoio pedagógico, envolvimento familiar e ação intersetorial.

A integração entre programas como o Pé-de-Meia, sistemas de monitoramento e avaliação como o EWS e o Sistema de Información de Tendencias Educativas en América Latina, e equipes escolares estruturadas pode produzir efeitos duradouros, sobretudo se orientada por dados e sensível às desigualdades territoriais. Cabe ao Brasil, portanto, desenhar um modelo de resposta articulado, preventivo e adaptado à sua complexidade social e educacional.

4. Conclusão

A evasão escolar no Brasil representa um dos principais entraves ao desenvolvimento social, econômico e humano do país. Trata-se de um fenômeno multifacetado, profundamente enraizado em desigualdades históricas e estruturais que vão muito além dos muros escolares. Também refletindo os efeitos combinados de pobreza, exclusão, falta de investimento público, barreiras geográficas, desigualdade racial e de gênero, além da ausência de redes de proteção integral à infância e juventude. Como demonstrado ao longo deste trabalho, a evasão escolar não pode mais ser encarada como um problema isolado da educação, mas sim como uma questão de desenvolvimento nacional com implicações intergeracionais e intersetoriais.

Diante de um cenário tão complexo, as respostas também precisam ser igualmente amplas e articuladas. A análise das experiências internacionais e o

estudo de iniciativas promovidas por organizações como a UNESCO, UNICEF, CEPAL e IEAL demonstram que a cooperação internacional pode oferecer ferramentas valiosas à formulação de políticas educacionais mais eficazes e sensíveis às desigualdades locais. Em particular, a troca de boas práticas, a disseminação de sistemas de monitoramento como o Early Warning System (EWS) e o uso de bancos de dados regionais como o SITEAL reforçam o papel dessas instituições não apenas como financiadoras, mas como parceiras na geração de conhecimento, avaliação de impacto e fortalecimento institucional.

O Brasil, por sua vez, deve se posicionar não apenas como receptor dessas cooperações, mas como ator estratégico na formulação de alternativas para o combate à evasão escolar. O programa Pé-de-Meia, por exemplo, ilustra o potencial de inovação das políticas públicas brasileiras, ao integrar condicionantes econômicos à permanência escolar e sinalizar caminhos possíveis para mitigar os efeitos da vulnerabilidade socioeconômica sobre a educação. No entanto, para que a política atinja sua potência transformadora, será indispensável integrá-la a estratégias mais amplas de valorização da escola pública, com investimentos consistentes em infraestrutura, formação docente e cuidado psicossocial.

Além disso, a dependência excessiva de modelos e diretrizes internacionais, embora ricos em conhecimento e boas práticas, pode gerar adaptações superficiais que não consideram a complexidade das realidades locais brasileiras. Isso reforça a necessidade de uma análise crítica, pois a simples transposição de políticas externas pode não ser suficiente para enfrentar as causas estruturais da evasão escolar no país, como desigualdades socioeconômicas, exclusão social e insuficiente infraestrutura escolar em áreas vulneráveis.

A conclusão deste trabalho aponta, portanto, para a urgência de decisões políticas firmes, orientadas por dados, sensíveis aos territórios e sustentadas por alianças duradouras entre os diferentes níveis de governo, a sociedade civil e as instituições internacionais. O combate à evasão escolar é uma responsabilidade coletiva. Finalmente, é importante destacar que as políticas aqui recomendadas se alinham diretamente com a Agenda 2030, em especial com o ODS 4, que busca garantir educação de qualidade, inclusiva e equitativa para todos. Ao priorizar estratégias preventivas, promover cooperação regional e investir em sistemas de

monitoramento e avaliação, o Brasil não apenas enfrentará a evasão escolar, mas avançará de forma decisiva na construção de uma sociedade mais justa, sustentável e democrática. A educação, nesse sentido, não é apenas um direito — é a chave para o futuro do país.

5. Recomendações

A primeira recomendação seria que o combate à evasão escolar seja estruturado a partir de políticas públicas integradas, que envolvam não apenas o setor da educação, mas também a assistência social, a saúde e a proteção à infância. Nesse cenário, o Ministério da Educação (MEC) deve assumir papel central na coordenação dessas ações, promovendo articulação entre os diferentes entes federativos e pastas governamentais. A evasão escolar é o resultado de uma combinação de fatores estruturais que exigem respostas coordenadas e intersetoriais, com foco territorializado e sensível às desigualdades regionais.

É também recomendada a ampliação do programa Pé-de-Meia, criado em 2024, para incluir não apenas os estudantes do ensino médio, mas também aqueles em situação de vulnerabilidade no ensino fundamental. O MEC, em cooperação com as secretarias estaduais e municipais de educação, deve liderar a expansão e o monitoramento dessa política, garantindo sua sustentabilidade financeira e alinhamento com outras iniciativas educacionais.

Outra ação prioritária é a implementação de sistemas de alerta precoce (EWS), adaptados ao contexto brasileiro, que permitam às escolas identificar os alunos em risco de evasão e intervir antes que o abandono se concretize. Para tanto, é imprescindível o envolvimento técnico do Ministério da Educação, das secretarias estaduais e municipais, bem como da comunidade escolar, assegurando a capacitação dos profissionais envolvidos e a proteção de dados dos estudantes. A utilização de dados e evidências também deve ser central na formulação de respostas políticas. Para isso, recomenda-se a incorporação do SITEAL como ferramenta auxiliar do MEC. Com base nos dados fornecidos por essa plataforma, é possível realizar diagnósticos mais precisos e orientar a alocação de recursos de

forma mais eficiente, considerando recortes territoriais e interseccionais. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) pode atuar como agente técnico na adaptação e análise desses dados.

Torna-se essencial também fortalecer a formação e a valorização do corpo docente. O combate à evasão não ocorrerá sem professores motivados, bem formados e com condições dignas de trabalho. O MEC e as secretarias estaduais devem liderar ações estruturadas de valorização profissional, com apoio técnico de organizações internacionais e redes universitárias, assegurando uma formação continuada alinhada à realidade das escolas públicas.

Outro ponto estratégico é a promoção da cooperação Sul-Sul, com maior intercâmbio de práticas entre países latino-americanos. O Brasil pode se beneficiar da experiência de nações como Argentina e Uruguai, e também liderar redes regionais que promovam inovação em políticas educacionais adaptadas ao contexto do Sul Global. O Itamaraty e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) podem colaborar com o MEC na institucionalização dessas redes. A CAPES, com sua experiência na formação de professores, avaliação da pós-graduação e programas de cooperação técnica, tem potencial para compartilhar conhecimento com países que enfrentam desafios semelhantes, promovendo uma diplomacia educacional ativa. Já o Itamaraty, pode integrar esforços diplomáticos e técnicos, alinhando as prioridades nacionais de educação às diretrizes da política externa brasileira, especialmente no contexto do Sul Global. Ao atuar de forma estratégica e coordenada, essas instituições podem reposicionar o Brasil, ampliando sua influência na construção de agendas regionais e, até mesmo, globais voltadas à redução da evasão escolar e ao fortalecimento da educação como direito universal.

Além disso, existe a oportunidade de explorar mecanismos inovadores de financiamento educacional, capazes de ampliar recursos e fomentar eficiência na gestão. Modelos como parcerias público-comunitárias, fundos sociais vinculados a metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (“SDG Bonds”), e a cooperação descentralizada - por meio de acordos diretos entre municípios brasileiros e instituições internacionais - podem oferecer alternativas viáveis para fortalecer iniciativas contra a evasão escolar. Essas estratégias permitem maior

flexibilidade orçamentária, ao mesmo tempo em que favorecem a corresponsabilidade de diversos atores sociais na promoção do direito à educação. Integrar essas fontes ao planejamento nacional pode ser inovador para sustentar programas como o Pé-de-Meia e expandir tecnologias de monitoramento educacional em nível local.

Finalmente, ressalta-se a importância de consolidar sistemas de monitoramento e avaliação contínua das iniciativas voltadas à permanência escolar. Esses sistemas devem ser transparentes, acessíveis e orientados à aprendizagem institucional, permitindo correções de rumo e o aprimoramento contínuo das estratégias adotadas. O MEC, com suporte de universidades públicas e institutos de pesquisa, pode estruturar observatórios educacionais regionais para acompanhar o impacto dessas políticas. Assim, como o programa/algoritmo liderado pela Universidade de Buenos Aires.

Todas essas recomendações convergem para um entendimento essencial: a cooperação internacional é uma aliada importante, mas deve funcionar como meio para fortalecer soluções locais, e não como fim em si mesma. A construção de uma educação pública de qualidade e equitativa no Brasil passa pelo fortalecimento do Estado, pela escuta das comunidades escolares e pela articulação com atores internacionais comprometidos com a justiça social e o direito à educação. Também é importante ressaltar que melhorar a infraestrutura escolar, a qualidade da educação e investir dinheiro em educação só reduzirá a evasão escolar até certo ponto. A não ser que haja uma melhoria considerável no status econômico das famílias e uma mudança nas atitudes sociais em relação à educação, atingir o objetivo de escolarização universal continuará sendo um desafio significativo (SEKHER, 2014).

6. Referências bibliográficas

ACHARYA, Amitav. How Ideas Spread: Whose Norms Matter? Norm Localization and Institutional Change in Asian Regionalism. **International Organization**, Cambridge University Press, v. 58, n. 2, p. 239-275, 2004.

AGÊNCIA BRASIL. Mais de 5 milhões de crianças e adolescentes ficaram sem aulas em 2020. **Agência Brasil**, 29 abr. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-04/mais-de-5-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-ficaram-sem-aulas-em-2020>. Acesso em: 2 jul. 2025.

ARIAS ORTÍZ, Elena; GIAMBRUNO, Cecilia; MORDUCHOWICZ, Alejandro; PINEDA, Bismarck. El estado de la educación en América Latina y el Caribe 2023. **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**, 2024. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/el-estado-de-la-educacion-en-america-latina-y-el-caribe-2023>.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Educação**. Disponível em: <<https://www.iadb.org/pt/temas/educacao>>.

BANCO MUNDIAL. La educación en América Latina enfrenta una crisis silenciosa, que con el tiempo se volverá estridente. **Banco Mundial**, 1 jun. 2020. Disponível em: <https://www.bancomundial.org/es/news/feature/2020/06/01/covid19-coronavirus-e-educacion-america-latina>.

BNCC. Base Nacional Comum Curricular: A educação é base. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Lei nº 4.024/1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

BRASIL. Lei nº 12.796/2013. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 abr. 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/2013/04/Lei/L12796.htm.

BRASIL. Lei nº 13.005/2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

BRASIL. Lei nº 14.535/2023. **Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/l14535.htm.

BRASIL. Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024. **Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera a Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jan. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/lei/L14818.htm.

CEIBAL. Ceibal. Disponível em: <https://ceibal.edu.uy/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

CEPAL. **El sistema educativo y sus desafíos en América Latina.** CEPAL. Infográfico, 30 abr. 2025. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/node/67442>.

CEPAL. **La educación para todas y todos no puede esperar:** Condiciones habilitantes e inversión para un mejor futuro en América Latina y el Caribe. CEPAL, 24 set. 2024. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/eventos/la-educacion-todas-todos-puede-esperar-condiciones-habilitantes-inversion-un-mejor-futuro>.

COX, R. W. **Gramsci, hegemony and International Relations:** an essay in method. Millennium: Journal of International Studies, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.

DE OLIVEIRA, O. P.; DE FARIA, C. A. P. **Policy Transfer, Diffusion, and Circulation:** Research Traditions and the State of the Discipline in Brazil. Novos Estudos, CEBRAP, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 13-32, mar. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/...0001>.

DOLOWITZ, David P.; MARSH, David. **Learning from Abroad:** The Role of Policy Transfer in Contemporary Policy-Making. Governance, v. 10, n. 1, 2000.

FERRI, Márcia; STOCOVAZ, Karina. A tragédia silenciosa na educação na América Latina. **Correio Braziliense**, 24 jan. 2025. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2025/01/7042496-a-tragedia-silenciosa-na-educacao-na-america-latina.html>.

GILARDI, Fabrizio. **Transnational diffusion:** Norms, ideas, and policies. In: CARLSNAES, Walter et al. Handbook of International Relations. London: SAGE, 2012.

GIANNINI, Fernando. **Um algoritmo para combater a evasão escolar na Argentina.** Fernando Giannini, 2024. Disponível em: <https://fernandogiannini.com.br/um-algoritmo-para-combater-a-evasao-escolar-na-argentina/>.

HUEPE, Mariana. **El desafío de la sostenibilidad financiera de la educación en América Latina y el Caribe**. CEPAL, 10 jan. 2024. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/68806-desafio-la-sostenibilidad-financiera-la-educacion-america-latina-caribe>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022: proporção da população com nível superior completo aumenta de 6,8% em 2000 para 18,4% em 2022. **Agência de Notícias IBGE**, 26 fev. 2025. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/.../42742-censo-2022-proporcao-da-populacao-com-nivel-superior-completo-aumenta-de-6-8-em-2000-para-18-4-em-2022>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2023**. 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/.../liv102068_informativo.pdf>.

INSTITUTO DE ESTATÍSTICAS DA UNESCO (UIS). Atualização de dados apresenta novos indicadores do ODS 4 e dimensões desagregadas. 22 set. 2021. Disponível em: <https://uis.unesco.org/en/news/uis-data-release-features-new-sdg-4-indicators-and-disaggregated-dimensions>.

INSTITUTO DE ESTATÍSTICAS DA UNESCO (UIS). Educação básica. Disponível em: <https://uis.unesco.org/en/glossary-term/basic-education>.

INTERNACIONAL De La Educación América Latina. Institucional. Disponível em: <https://ei-ie-al.org/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

KUPPER, A. **Educação brasileira: reflexões e perspectivas**. Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa, v. 20, n. 39, p. 50-60, 1 abr. 2020. Disponível em: <<http://publicacoes.unifil.br/.../Revistatestes/article/view/1309>>.

MAC IVER, Martha Abele; MAC IVER, Douglas J. **Beyond the indicators: An integrated school-level approach to dropout prevention**. Arlington, VA: The George Washington University Center for Equity and Excellence in Education, 2009. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED507777.pdf>.

MAHMOUD, Y.; JERNECK, A.; KRONSELL, A.; STEEN, K. **At the nexus of problem-solving and critical research.** Ecology and Society, v. 23, n. 4, pp. 1-5, 2018.

MCNEAL, Ralph B., Jr. **Extracurricular Activities and High School Dropouts.** Sociology of Education, v. 68, n. 1, p. 62-80, jan. 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/2112764.pdf>.

OCDE. Argentina: **Visão geral do sistema educacional.** Disponível em: <https://gpseducation.oecd.org/CountryProfile?primaryCountry=ARG&treshold=10&topic=EO>.

OCDE. **Education at a Glance.** Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICOS (OCDE). **OECD Better Life Index.** Disponível em: <https://www.oecd.org/en/data/tools/oecd-better-life-index.html>.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>.

ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 21 out. 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>.

PÁEZ, Natalia. **Um algoritmo para combater a evasão escolar na Argentina.** UNESCO Courier, 2 out. 2023. Disponível em: <https://courier.unesco.org/en/articles/algorithm-combat-school-dropout-argentina>.

PNE. Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005/2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>.

SALDANHA, Rafael. IBGE: 9,1 milhões abandonaram a escola sem terminar o ensino básico até 2023. **CNN Brasil**, 4 dez. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/ibge-91-milhoes-abandonaram-a-escola-se-m-terminar-o-ensino-basico-ate-2023/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

SITEAL. Argentina. Base de dados. UNESCO, 2022. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/pt/pais/argentina>.

SMINK, Veronica. As lições da escola argentina em bairro pobre eleita uma das melhores do mundo. **BBC News Brasil**, 25 out. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c80lr7x8rvvo>.

TOMAZINI, Carla. **Bolsa Família and 'Progres/Oportunidades/Prospera': consensual reforms?** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/.../en_OP366_Bolsa_Familia_and_Progres_Oportunidades_Prospera_consensual_reforms.pdf.

UNESCO. **250 million children out of school: what you need to know about UNESCO's latest education data**. UNESCO, 18 set. 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/250-million-children-out-school-what-you-need-know-about-unescos-latest-education-data>.

UNESCO. **Ministérios da Educação da América Latina e do Caribe comprometem-se a aumentar os esforços para reativar, recuperar e transformar os sistemas educacionais**. Santiago: UNESCO, 21 fev. 2024. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/ministerios-da-educacao-da-america-latina-e-do-caribe-comprometem-se-aumentar-os-esforcos-para>.

UNESCO Institute for Statistics (UIS). **Combining data on out-of-school children, completion and learning to offer a more comprehensive view on SDG 4**. Montreal: UNESCO Institute for Statistics, Information Paper No. 61, out. 2019. Disponível em: <https://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/ip61-combining-data-out-of-school-children-completion-learning-offer-more-comprehensive-view-sdg4.pdf>.

UNESCO Institute for Statistics (UIS). **UIS Data Browser**. Montreal: UNESCO Institute for Statistics, 2024–2025. Disponível em: <https://databrowser.uis.unesco.org/>.

UNICEF. **Effective interventions aimed at reaching out-of-school children: A literature review**. New York: United Nations Children’s Fund, 2015. Disponível em: <https://www.unicef.org/media/66496/file/Effective-Interventions-Reaching-Out-of-School-Children.pdf>.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. UNICEF Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.

OEI: Organização Dos Estados Ibero-Americanos. **Educação e cooperação regional**. Disponível em: <<https://oei.int/pt/escolas>>.

ONU (Nações Unidas Brasil). **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Educação de qualidade**. Nações Unidas no Brasil, 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>.